MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2017

Data: 05/07/2017 - Quarta-feira

Horário: 14h31min as 16h41 min

Local: Sala de Reunião da Casa Civil – Anexo do Palácio do Buriti - 9º andar

Pauta:

- Aprovação da memória da reunião de 07/06/2017;
- Apresentação dos instrumentos de Transparência do DF – Coordenadora de Transparência - Rejane Vaz;
- Apresentação da lei de anticorrupção – Conselheiro Antônio Rodrigo;
- Votação de requerimento dirigido à CGDF solicitando alterações no Decreto nº 36.307, de 2015, que instituiu o CTCS – Observatório Social;
- Deliberação de propostas de transparência para a Saúde;
- Informes gerais.

Reunião presidida por Rodrigo King Lon Chia– Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS, **coordenada** por Elisa Ribeiro da Cunha – Secretaria Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social - CTCS.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

Ouvintes e Participantes:

	ENTIDADE	REPRESENTANTE		05/07/2017
1	Agenda 21	Titular	José Ferreira Simões	P
		Suplente	Ronaldo Seggiaro de Almeida	-
2	FECOMÉRCIO	Titular	Hélio Queiroz da Silva	P
		Suplente	Eduardo Alves de Almeida Neto	-
3	FAPE	Titular	José Brilhante Neto	P
		Suplente	José Arnaldo Pinho Rodrigues	-
4	FIBRA	Titular	Elson Ribeiro Póvoa	P
		Suplente	Paulo Eduardo M. de Ávila e Silva	-
5	MCCE	Titular	Carlos Alves Moura	-
		Suplente	Miguel Ângelo Martins Lara	P
6	NCST	Titular	Raimundo Salvador da Costa Braz	P
		Suplente	Marco Polo Antunes de Oliveira	-
7	CTB	Titular	Etieno de Sousa Pereira	FJ
		Suplente	Manoel da Cruz e Silva	FJ
8	OAB - DF	Titular	Antônio Rodrigo Machado de Sousa	P
		Suplente	Alexandre Vieira de Queiroz	-
9	CRC	Titular	Adriano de Andrade Marrocos	-
		Suplente	Darlene Paulino Rufino Lunelli	P
10	CSB	Titular	Leandro Allan Vieira	P
		Suplente	Wesley Bastos	-
11	OSBrasília	Titular	Rodrigo king Lon Chia	P
		Suplente	Onésimo Staffuzza	-
12	IFC	Titular	Luís Eduardo Santiago Campos	-
		Suplente	Emerson Santos de Lima	P
13	DIEESE	Titular	Tiago Oliveira	P
		Suplente	Juliano Sander Musse	-
14	ABI	Titular	Carlos José Campbell Brisolla	P
		Suplente	Carlos Augusto Santos Assumpção	-
15	CORECON	Titular	Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo	FJ
		Suplente	Mônica Beraldo Fabrício da Silva	FJ
16	DF em Movimento	Titular	Guilherme Alves Carvalho	-
		Suplente	Isabel Seixas Figueiredo	P
			Presentes (P)	14
			Faltas Injustificadas (FI)	0
			Faltas Justificadas (J)	2

Da Apresentação dos instrumentos de Transparência do DF – Coordenadora de Transparência - Rejane Vaz:

Rejane Vaz, Coordenadora de Transparência, apresentou o histórico da transparência pública no Brasil, assim como os atos normativos do Brasil e Distrito Federal. Além disso, apresentou e explicou a Lei de Acesso e Informação (LAI), e os conceitos de transparência passiva e ativa. Indicou a existência no DF, de transparência ativa, do Portal de Transparência, o Portal de Dados Abertos do DF, o aplicativo "Siga Brasília", a WebTV de transparência no Youtube e a secção de transparência nas páginas dos órgãos; De Transparência Passiva, indicou a existência do e-SIC, apresentando as instâncias de recursos do sistema. Após apresentar sobre o Portal da Transparência, a coordenadora pediu sugestões do conselho para a melhoria dos meios de apresentação da transparência e apresentou iniciativas já tomadas.

O conselheiro e Vice Presidente do conselho Hélio Queiroz, FERCOMÉRCIO, reitera que alguns contratos, de determinados órgãos, ainda não são disponibilizados, embora devam ser disponibilizados obrigatoriamente pela LAI. De acordo com o conselheiro, é urgente a disponibilização desses contratos, principalmente os contratos de aluguel já solicitados por esse conselho. Após esse posicionamento, o conselheiro pediu a disponibilização da apresentação feita pela Coordenadora de Transparência.

O conselheiro Thiago Oliveira, DIEESE, perguntou se as informações sobre os impostos do DF no site da transparência são nominais ou reais. Após a Rejane Vaz, Coordenadora de Transparência, afirmar que são informações nominais, o conselheiro sugeriu que esta informação seja dada no portal para não induzir a deduções equivocadas.

O conselheiro Hélio Queiroz, FERCOMÉRCIO, pediu um melhor detalhamento sobre as "Verbas Eventuais" das folhas de pagamento, constantes no Portal da Transparência. Pois, de acordo com o conselheiro, com a forma apresentada no Portal entende-se que os "grandes salários" já divulgados continuam sendo pagos, já que uma parcela entrou como verbas eventuais.

O conselheiro Raimundo Braz, NCST, falou sobre a transparência dos contratos de prestação de serviços em geral (obras, serviços, etc), relativos às obras. Gostaria que houvesse no site a possiblidade de verificar o andamento do pagamento mensal das empresas contratadas. Rejane Vaz, Coordenadora de Transparência, falou que essa solicitação já foi efetuada.

O conselheiro e presidente do Conselho Rodrigo Chia, OSBrasília, reiterou uma fala do Controlador Geral do GDF, Henrique Ziller, de que há uma incompatibilidade dos sistemas do GDF que esta sendo combatida para melhorar a transparência.

O conselheiro Elson Póvoa, FIBRA, reforça a fala do conselheiro Leandro Allan na última reunião e diz que é necessário que seja explicitado a base de repasse da união do fundo constitucional, pois o fundo constitucional não é usado para base de cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sugere que seja apresentada no Portal da Transparência a possiblidade das receitas/despesas do GDF com duas opções, com o repasse ou sem o repasse do fundo constitucional.

A conselheira Isabel Seixas Figueredo, DF em Movimento, perguntou sobre a transparência quanto aos servidores cedidos, principalmente quanto aos servidores da área de segurança pública. Rejane Vaz, Coordenadora de Transparência, afirma que embora exista esse filtro de informação no Portal da Transparência, os servidores da área de segurança pública, por serem servidores sob jurisdição da União, possuem um sistema diferenciado, o que dificulta o acesso à informação.

Para finalizar, o conselheiro e presidente Rodrigo Chia, OSBrasília, perguntou se existe a informação sobre qual órgão ou área o servidor foi cedido. Rejane Vaz, Coordenadora de Transparência, afirmou que, a partir de informações da CEPLAG, é possível saber o local a ser cedido, porém não o local de origem.

Da aprovação da memória

A memória do dia 07/06 foi aprovada por unanimidade e sem alterações.

Dos requerimentos

Da Votação de requerimento dirigido à CGDF solicitando alterações no Decreto nº 36.307, de 2015, que instituiu o CTCS – Observatório Social:

Para início do tema, o conselheiro e presidente Rodrigo Chia, OSBrasília, apresentou as alterações para aprovação:

1. Os requerimentos realizados pelo conselho devem ser respondidos no mesmo período máximo de tempo que para a sociedade;
2. Alteração do quórum, que era de 50% mais 1, para um terço;
3. Acrescentar regra de perda de cadeira pela entidade. Sendo ela três ausências não justificadas ocasionando a perda da cadeira.

O conselheiro Emerson Lima, IFC, lembra que é importante vincular as orientações do conselho não só ao conselheiro, mas à entidade que é representada como órgão. A secretária Elisa Cunha, Secretária Executiva, afirma que isso já é realizado. As alterações apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Das deliberações de propostas de transparência para a Saúde;

Inicialmente o conselheiro e presidente Rodrigo Chia, OSBrasília, explanou sobre a sansão da Lei nº 1.486/2017, que cria o Instituto Hospital de Base, antigo Hospital de Base. De acordo com o conselheiro, se faz necessária a existência de dados transparentes que consigam mensurar se houve melhoria com a mudança. Na previsão da lei, porém, há apenas previsões genéricas de transparência. O conselheiro sugeriu pressão por uma transparência forte.

O conselheiro José Simões, Agenda21, afirmou que essa deliberação, antes de ser enviada diretamente para a Câmara Legislativa, teria que ser primeiramente aprovada pelo Conselho de Saúde. Para uma melhor transparência do processo, o conselheiro solicitou cobrança de esclarecimento quanto ao tema.

O conselheiro Emerson Santos, IFC, solicitou que os dados sobre os gastos de recursos de investimentos fossem disponibilizados da forma mais transparente e detalhada possível para se avaliar a efetividade da mudança, bem como os gastos com despesas em geral, tais como folhas de pagamento e compra de equipamentos. O conselheiro afirmou que a partir com a transparência desses dados, ficará mais fácil a avaliação e controle por parte da sociedade.

O conselheiro Rodrigo Chia, OSBrasília, declarou que não sabe a situação da transparência na saúde, já que não está em sua área de atuação, mas que entende o que foi solicitado pelo conselheiro Emerson Santos, IFC, como dois pedidos: Dados da atual situação e a criação de formas de reunir/mensurar os dados do futuro Instituto.

O conselheiro José Simões, Agenda 21, afirmou que pelo fato do Portal da Transparência da Secretaria de Saúde não estar em funcionamento, existe uma falha de transparência na saúde atualmente.

O conselheiro Hélio Queiroz, FERCOMÉRCIO, recordou que os telefones da Secretaria de Saúde não estão em funcionamento há nove meses. De acordo com o

conselheiro, é necessária a divulgação dessa informação para que se tenha uma maior pressão sobre o assunto.

O conselheiro Leandro Vieira, CSB, afirmou que o "argumento de descaso" não é a realidade da maioria, mas é frequentemente utilizado pelo governo para não dar incentivo.

A conselheira Darlene Lunelli, CRC, atentou sobre a necessidade de transparência, de forma administrativa, da transição do antigo Hospital de Base para o Instituto Hospital de Base, embora possa ser um processo demorado.

O conselheiro Rodrigo Chia, OSBrasília, constatou a necessidade da Secretaria de Saúde do Distrito Federal de fazer deliberações. De acordo com o conselheiro, a deliberação deveria conter a discriminação dos tópicos de transparência a serem pedidos, tais como: agenda de atendimento, contratos e outros dados mensuráveis.

Ainda em sua fala, o conselheiro Rodrigo Chia, OSBrasília, atentou que houve um GT sobre o assunto da saúde no ano anterior ao Conselho, 2016, sendo que o encaminhamento desse GT já foi enviado para o Secretário de Saúde do DF e que já solicita a presença de um representante da Saúde no Conselho.

O conselheiro Hélio Quevedo, FERCOMÉRCIO, sugeriu que a Controladoria- Geral do Distrito Federal solicite ao Instituto Hospital de Base a presença de um membro do Conselho de Transparência na comissão de transição do Hospital de Base.

Por fim, o conselheiro e presidente Rodrigo Chia, OSBrasília, sugeriu como deliberações do assunto: a manifestação de que os instrumentos da transição tenham itens expressos sobre transparência e a permanência de um membro desse conselho na elaboração dos instrumentos, bem como no acompanhamento do processo de transição.

As sugestões do presidente do Conselho foram aprovadas por unanimidade.

Após a aprovação, o presidente Rodrigo Chia perguntou se algum conselheiro se voluntaria em participar na comissão de transição do Instituto Hospital de Base. Não houve manifestação de voluntários.

Tendo em vista a falta de voluntários e a possiblidade que fuja da competência do Conselho, a conselheira Isabel Seixas, DF em Movimento, propôs o convite de algum integrante da Secretaria de Saúde ao conselho, não necessariamente o Secretário de Saúde, com o objetivo de explicar a realidade e, talvez, acatar sugestões.

O conselheiro Miguel Ângelo, MCCE, concordou com a conselheira Isabel Seixas, DF em Movimento, quanto à possiblidade de saída da competência do Conselho.

O conselheiro Rodrigo Chia, OSBrasília, argumentou que as propostas não são excludentes. Logo, se aderiu ao requerimento.

O conselheiro Emerson Lima, IFC, constatou a necessidade de informações quanto ao custo de uma consulta ou de um procedimento. De acordo com o conselheiro, não há o cálculo da eficiência de uma escola, de um hospital ou de um órgão público. O conselheiro alegou que seria importante para a sociedade ter esses parâmetros para avaliação de forma transparente.

O conselheiro José Simões, Agenda 21, concordou com o conselheiro Emerson Lima, IFC, e questionou sobre como se objetiva uma mudança, se não há uma informação de efetividade ou parâmetros para avaliação.

O conselheiro Thiago Oliveira, DIEESE, constatou a problemática do uso das palavras “eficiência” e “eficácia”, já que são termos do setor privado. De acordo com o conselheiro, em parâmetros públicos, especialmente na saúde pública, um hospital pode ser eficiente e/ou eficaz, e ao mesmo tempo completamente excludente, algo que não pode ocorrer no poder público. O conselheiro afirmou que, além de ter uma gama de pesquisas na área, não se trata de um assunto simples.

Da apresentação da lei de anticorrupção – Conselheiro Antônio Rodrigo, OAB

O conselheiro Antônio Rodrigo, OAB, deu início na sua apresentação com a definição de corrupção e exposição das leis de combate à corrupção de caráter combativa e preventivo do Governo Federal Brasileiro. Ainda na apresentação, o conselheiro constatou as tendências mundiais contra a corrupção, assim como as instâncias de Punição, sendo elas: Penal, Civil e Administrativa. Por fim, o conselheiro apresentou a Lei Anticorrupção, bem como os principais institutos da Lei Anticorrupção.

Dos informes gerais e encerramento

Por fim, o conselheiro e presidente Rodrigo Chia, OSBrasília, sugeriu como encaminhamentos do assunto: a solicitação à Secretaria de Saúde de que o Estatuto e o Regimento Interno do novo Instituto Hospital de Base tenham itens expressos sobre transparência; e a possibilidade de acompanhamento da elaboração desses instrumentos por um membro deste Conselho."

Antes de encerrar a reunião, o conselheiro e presidente convidou a presença à reunião do Conselho de quem tenha assuntos pertinentes ao Conselho e que queiram apresentar.

Depois de finalizados os requerimentos, o presidente Rodrigo Chia encerrou a reunião às 16h41min.